

economia

Mercado divide apostas sobre corte da Selic hoje

Em meio à instabilidade global, expectativa é de recuo de 0,25% hoje

/ POLÍTICA MONETÁRIA

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Na véspera da decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, o mercado financeiro chega dividido sobre o próximo movimento da taxa básica de juros. Embora a expectativa de um corte de 0,25 ponto percentual na Selic hoje esteja amplamente precificada, o cenário internacional - marcado pela escalada da guerra no Oriente Médio e seus efeitos sobre o petróleo - elevou o nível de incerteza e colocou em dúvida o ritmo da política monetária no Brasil.

Antes do agravamento do conflito, a trajetória parecia mais clara: as projeções indicavam o início de um ciclo gradual de queda ao longo de 2026, com a taxa encerrando o ano pouco acima de 12% - hoje, o índice é de 15% ao ano. Agora, no entanto, o ambiente se tornou mais nebuloso.

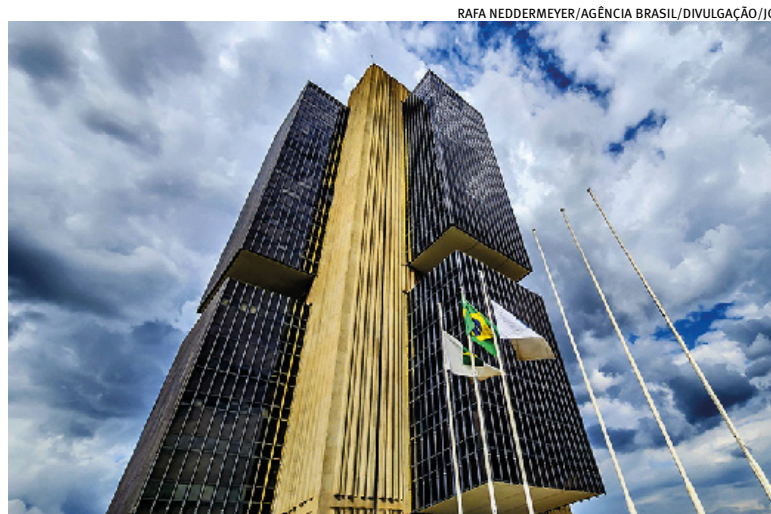
Para o professor de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) André Cunha, a decisão desta semana carrega um dilema importante para o Banco Central. "Há um grau de incerteza maior do que o habitual. Se o BC reduz a taxa, pode sinalizar que entende que a guerra não terá impactos relevantes. Por outro lado, mesmo um corte pequeno pode ser interpretado como uma subestimação dos efeitos desse conflito", afirma.

Mais importante que o corte é o sinal, diz especialista

Já na avaliação do também professor da Ufrgs Marcelo Weiss, o tamanho do corte em si tem menos importância do que a sinalização que o BC dará ao mercado nesta quarta. Para ele, porém, realmente há uma tendência muito forte de início da trajetória de queda.

"O corte de 0,25 ajuda muito pouco na prática. O mais importante é o que vem junto: a comunicação. Se houver indicação de continuidade na queda dos juros, isso pode gerar algum efeito já no curto prazo, principalmente no crédito", analisa.

Mesmo assim, segundo Weiss, isoladamente, uma redução dessa



Primeira etapa da reunião do Copom, do BC, teve início ontem

to", afirma.

A tensão geopolítica tem impacto direto sobre os preços do petróleo, o que pressiona a inflação global. No caso brasileiro, o efeito é duplo: ao mesmo tempo em que encarece combustíveis, também beneficia o País como exportador de commodities. Ainda assim, segundo Cunha, não há sinais de descontrole inflacionário no momento.

"Pode haver algum repique, mas dentro de limites administráveis. O câmbio também segue relativamente estável", diz.

Diante desse quadro, há espaço técnico para uma redução da Selic, ainda que modesta. Mas a decisão está longe de ser consensual. Na avaliação do economista, o cenário hoje é praticamente dividido: há chances semelhantes tanto de manutenção quanto de um corte de 0,25 ponto.

magnitude não altera de forma relevante o comportamento de consumo ou investimento: o impacto tende a ser gradual e depende da construção de expectativas. "Sem uma sinalização clara de continuidade, o efeito é muito pequeno", resume.

Caso o Banco Central indique um ciclo mais consistente de cortes, setores ligados ao crédito devem reagir primeiro, especialmente o comércio de bens duráveis, como automóveis e eletrodomésticos. Em um segundo momento, a indústria também pode ser beneficiada.

Por fim, apesar da tendência

No entanto, mesmo que o Copom opte por iniciar o ciclo de queda, o impacto imediato tende a ser limitado. Isso porque o nível atual de juros segue elevado em termos reais, mantendo a economia em um ambiente contracionista.

"Um corte de 0,25 ponto teria efeito quase simbólico. A taxa de juros real continua muito alta, próxima de 10% a 11%, o que mantém o "freio de mão puxado" sobre a economia", explica Cunha.

Os efeitos dessa política são mais sentidos pelas famílias e empresas. Com alto nível de endividamento e crédito caro, o consumo tende a ficar contido, enquanto investimentos são postergados. Setores mais dependentes de financiamento, como o imobiliário e o de bens duráveis, estão entre os mais impactados.

de queda dos juros no Brasil, o ambiente internacional segue como principal fator de risco. Juros elevados nos Estados Unidos, somados à instabilidade geopolítica, podem limitar o ritmo de flexibilização monetária por aqui.

"Esse cenário pode frear a queda dos juros. Não necessariamente a ponto de provocar uma alta, mas pode desacelerar o ritmo", finaliza Weiss. Ainda assim, a leitura predominante entre os economistas é de que a inflação doméstica está em trajetória de desaceleração, o que, em condições normais, justificaria o início de um ciclo de cortes.

BC decreta liquidação de instituição do grupo Master

/ CASO MASTER

O Banco Central decretou ontem a liquidação do Banco Master Múltiplo, que desde 18 de novembro estava submetido ao regime de administração especial temporária. A instituição pertencia ao conglomerado de Daniel Vercaro.

Na administração especial, as atividades da instituição seguem em operação, mas os dirigentes perdem seus mandatos e são substituídos por pessoa jurídica especializada, com plenos poderes de gestão. A EFB Regimes Especiais de Empresas foi nomeada pela autoridade monetária no ano passado para executar essa função.

Esse regime, chamado de Raet, poderia ser mantido por até 120 dias, prazo que no caso do Master Múltiplo vence nesta quarta-feira (18).

A instituição do conglomerado de Vercaro não possuía captação de depósitos do público e foi

submetida ao regime de administração especial em uma tentativa de viabilizar a continuidade dos negócios do Will Bank.

A financeira foi preservada naquele momento diante do interesse de investidores em adquirir o banco digital. Mas, em 21 de janeiro, o BC decretou também a liquidação extrajudicial do Will Bank.

Segundo o Banco Central, o relatório do administrador do regime foi apresentado na quinta-feira passada. O documento indicou que, com a liquidação do Will Bank, "não mais subsistem motivos para o prosseguimento do Raet do Banco Master Múltiplo". "O BC continua adotando as medidas cabíveis para apurar as responsabilidades nos termos de suas competências legais. A indisponibilidade dos bens dos controladores e dos administradores decorrentes da decretação do Raet é mantida com a decretação da liquidação extrajudicial".

